#### Plenário virtual

# Supremo volta a debater papel das Forças Armadas

Relator da ação, movida em 2020, ministro Luiz Fux se manifesta contra convocação pelo Poder Executivo; Barroso segue voto

#### KARINA FERREIRA

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou em plenário virtual nesta sexta-feira, 29, o julgamento que trata sobre os limites constitucionais da atuação das Forças Armadas e a hierarquia frente aos Três Poderes. Os ministros têm até o dia 8 de abril para registrar os votos no sistema. O relator do caso, ministro Luiz Fux, que, em 2020, dera seu parecer individual sobre o caso, reafirmou que as Forças Armadas não podem atuar como poder moderador. O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, acompanhou o ministro no voto. A retomada se deu a dois dias dos 60 anos do golpe militar de 1964, completos amanhã.

A ação, proposta há quatro anos pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), discutinterpretações do artigo 142 da Carta Magna, que trata das Forças Armadas, usado frequentemente por bolsonaristas para defender intervenção militar "dentro da Constituição".

Para Fux, a Constituição não autoriza que o presidente da República recorra às Forças Armadas contra os outros dois Poderes – Congresso e Supremo –, bem como não concede aos militares a atribuição de moderar conflitos entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

DEMOCRACIA. "Qualquer instituição que pretenda tomar o poder, seja qual for a intenção declarada, fora da democracia representativa ou mediante seu gradual desfazimento interno, age contra o texto e o espírito da Constituição", disse o ministro em seu voto, acrescentando ser urgente "constranger interpretações perigosas que permitam a deturpação do texto constitucional que ameacem o Estado Democrático de Direito".

O artigo 142 passou a ser citado com mais frequência depois da vitória de Lula em 2022, mas também foi mencionado por Bolsonaro durante seu governo, em uma reunião ministerial

## Artigo 142

Votação vai modular texto da Constituição, usado por Bolsonaro em prol de intervenção militar

em 2020, com a tese de que as Forças Armadas teriam poder de moderar conflitos entre os Três Poderes.

"Nós queremos fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. E, havendo necessidade, qualquer dos Poderes pode, né? Pedir às Forças Armadas que intervenham para restabelecer a ordem no Brasil", disse o então presidente.

O artigo em questão, diz que "as Forças Armadas, constituidas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da Reptibica, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

SEPARAÇÃO. Em seuvoto, o ministro diz que a interpretação do artigo deve ser feita considerando o sistema legal brasileiro, especialmente no que diz respeito à separação dos Poderes, e lembra que as Forças Armadas não são um Poder, mas uma instituição.●



### Dara Israe

# Moraes nega passaporte pedido por Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou devolver os passaportes do ex-presiden-

te Jair Bolsonaro (PL), apreendidos no inquérito do golpe.
A decisão frustra um pedido da defesa do ex-presidente,

que queria a devolução dos documentos para que ele pudesse viajar a Israel em maio, a convite do primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu. Moraes argumentou que, como a inves-tigação ainda está em curso, seria "absolutamente prematuro" flexibilizar a restrição. "A medida cautelar permanece necessária e adequada, nos termos do art. 282 do Código de

Processo Penal, uma vez que a investigação, inclusive quanto ao requerente, ainda se encontra em andamento", escreveu.

A viagem seria para participar das comemorações pelo Dia da Independência do país.

Rayssa Motta e Fausto Mace

PressReader.com +1 604 278 460 correct and Protected Action 12 Correct Action 12 Cor

pressreader man